



***COMPANHIA PORTUGUESA DE AMIDOS, S.A.,
SOCIEDADE ABERTA***

RELATÓRIO DA GESTÃO, BALANÇO E CONTAS

1.º SEMESTRE DE 2003

**Sede: Estrada Nacional 10, 2695-718 S. João da Talha
Capital Social: 5.000.000,00 Euros
Pessoa Colectiva n.º 500 076 138
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Loures sob o n.º 42**



**COPAM – COMPANHIA PORTUGUESA DE AMIDOS, S.A.,
SOCIEDADE ABERTA**

SEDE: Estrada Nacional 10, 2695-718 S. João da Talha
CAPITAL SOCIAL: 5.000.000,00 Euros
PESSOA COLECTIVA N.º: 500 076 138
MACRICULADA NA CONSERVATÓRIA DO REGISTO COMERCIAL DE LOURES SOB O N.º 42

INFORMAÇÃO SEMESTRAL 2003

RELATÓRIO DA GESTÃO

1 – CONJUNTURA ECONÓMICA GLOBAL

1.1 De acordo com as últimas previsões do FMI (Abril 2003), o PIB português deverá decrescer em 2003 (-0,3%) contra um crescimento de 2,2% em Espanha e de 1,1% na Zona Euro. A taxa de inflação será de 3,3% (3,8% em Espanha e 2% na Zona Euro) e a Taxa de Desemprego será de 6,8% (11,4% em Espanha e de 8,8% na Zona Euro). O défice orçamental será de -3,9% do PIB (-0,3% em Espanha e -2,4% na Zona Euro).

Por sua vez, o Boletim Económico do Banco de Portugal (BP), de Junho de 2003, apontou as seguintes projecções para 2003 e 2004, para a economia nacional:

	Taxas de Variação em Percentagem		
	2002	2003	2004
Consumo Privado	0,4	-0,75/0,25	0,5/2,5
Consumo Público	2,6	-1,6	-1,4
Investimento (FBCF)	-5,4	-5,75/-3,75	-3/1
Procura Interna	-0,5	-2/-1	-0,5/1,5
Exportações	2,4	2,25/3,75	5/8
Procura Global	0,1	-1/0	0,75/2,75
Importações	-0,6	-1,75/0,25	3/6
PIB	0,4	-1/0	0/2
Défice Externo	-5,7	-3,75/-1,75	-3,75/-0,75
Inflação (IHPC)	3,7	2,5/3,5	0,7/2,7

Segundo o Banco de Portugal, estas projecções contemplam a continuação do processo de ajustamento da economia portuguesa. Este processo, ao condicionar a evolução da procura interna, tem contribuído para um significativo abrandamento da actividade económica, que deverá atingir a sua expressão máxima em 2003, ano para o qual se perspectiva uma taxa de variação negativa do PIB. A recuperação em 2004, impulsionada por um enquadramento externo mais favorável, será ainda relativamente modesta, devido à impossibilidade da procura interna atingir taxas de crescimento mais significativas enquanto não se completar o processo de ajustamento.

A redução da actividade económica determinará um aumento importante da taxa de desemprego (existiam cerca de 420 mil desempregados no final de Maio, cerca de 7,5% da população activa).

A taxa de inflação (média dos últimos doze meses) foi de 3,8% em Junho de 2003, acima da verificada no ano transacto (3,7%).

Para 2004, o FMI prevê um crescimento do PIB português de 1,8% (valor que se encontra dentro do intervalo apresentado pelo BP), de 3,1% em Espanha e de 2,3% na Zona Euro. A taxa de inflação será de 2,6% (2,9% em Espanha e 1,7% na Zona Euro) e a Taxa de Desemprego será de 7,0% (10,9% em Espanha e de 8,7% na Zona Euro). O défice orçamental será de -4,3% do PIB (-0,2% em Espanha e de -2,0% na Zona Euro).

- 1.2 Ao nível amideiro, é de realçar a possibilidade de, a curto prazo, poder ocorrer uma nova redução da quota de produção de isoglucose, que se traduzirá num decréscimo de 3,6%.

2 - A EVOLUÇÃO DA EMPRESA E ANÁLISE DO PERÍODO

2.1 O mercado amideiro decresceu em Portugal, no primeiro semestre de 2003, em média, cerca de 1%, com a concorrência a crescer 4% mas a COPAM a decrescer 2%. Esta evolução deveu-se ao aumento de consumo de produtos modificados para a área do papel, os quais a COPAM não produz. Nos mercados tradicionais verificou-se uma diminuição generalizada, comparativamente a igual período do ano transacto. Assim, verificou-se um decréscimo da quota de mercado da COPAM.

2.2 As Vendas Totais e as Prestações de Serviços foram de quase 13,5 milhões de euros, o que representou um decréscimo de 14% face ao mesmo período do ano anterior, com diminuições, quer das vendas de produtos da COPAM (menos 10%), quer das mercadorias, estas de um modo mais pronunciado (menos 35%). A redução nas vendas dos produtos da COPAM foi devida a um acentuado decréscimo das exportações (menos 70%), embora as vendas para o mercado interno se tenham reduzido em apenas 2% (mas com claras diminuições de preços), apesar da conjuntura económica muito desfavorável que o país atravessa.

2.3 Ao nível dos custos, este semestre foi caracterizado por dois factores primordiais: por um lado, pela reestruturação muito importante ocorrida em vários sectores da empresa (as rescisões por mútuo acordo ou por reformas antecipadas, de 12 colaboradores, no valor global de 308 mil euros) e por outro, por um controlo efectivo dos custos, nomeadamente nas matérias e nos fornecimentos e serviços externos, registando-se um decréscimo de 3% nos custos de produção. Os acréscimos de custos verificados (por exemplo na área ambiental ou na cotação de isoglucose) derivaram de variações exógenas à empresa. Assim, mantiveram-se os elevados níveis de rentabilidade dos Capitais Próprios e do Activo. Observe-se, em detalhe, a comparação das principais rubricas:



(Valores em Euros)

1º Semestre 2002

1º Semestre 2003

PROVEITOS MAIS SIGNIFICATIVOS:

Vendas	15.585.896	13.474.914
Prestações de Serviços	13.693	0
Variação da Produção	(293.127)	22.131
Trabalhos para a Própria Empresa	28.968	33.189
Proveitos Suplementares	42.937	50.614
Subsídios à Exploração	36.381	18.691
Outros Proveitos Operacionais	880	8.842
Proveitos e Ganhos Financeiros	91.333	60.898
Proveitos e Ganhos Extraordinários	59.562	11.078

CUSTOS MAIS SIGNIFICATIVOS:

Custo Merc. Vendid. e Mat. Consum.	8.603.385	7.071.717
Fornecimentos e Serviços Externos	1.103.945	1.099.199
Impostos	105.516	105.516
Custos com o Pessoal	1.643.741	1.922.273
Outros Custos Operacionais	127.662	190.586
Amortizações do Exercício	400.000	329.000
Provisões do Exercício	0	56.486
Custos e Perdas Financeiros	69.177	65.591
Custos e Perdas Extraordinários	74.963	58.305

RESULTADOS OPERACIONAIS	3.431.380	2.820.757
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS	3.438.135	2.768.837
IMPOSTOS	1.204.000	965.876
RESULT. LÍQUIDOS DE IMPOSTOS	2.234.135	1.802.961

INVESTIMENTOS:

IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	8.945	2.033
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	465.667	305.164
INVESTIMENTO TOTAL	474.612	307.197

2.4 Os Resultados Líquidos, Antes e Depois de Impostos, foram inferiores aos verificados em 2002: 2.768.837 euros e 1.802.961 euros, o que significa um decréscimo de 669.297 euros, menos 19%, e de 431.174 euros, menos 19%, respectivamente. Refira-se que cerca de metade do decréscimo é explicado pelos custos da reestruturação da empresa.



- 2.5 Os rácios económico-financeiros reflectem a boa situação económica da empresa, nomeadamente na Rendibilidade dos Capitais Próprios (43%) e do Activo (32%). Os rácios de Autonomia Financeira e Liquidez melhoraram face a 2002.
- 2.6 A COPAM não tem passivo bancário.
- 2.7 A quantidade de milho moído decresceu 9% face a 2002 mas o rendimento global da fábrica manteve-se dentro dos bons níveis atingidos em anos anteriores.
- 2.8 Realizaram-se, com sucesso, as auditorias de acompanhamento da certificação, obtida em 29/08/2001, do Sistema de Segurança Alimentar, segundo a Norma DS 3027 E e da Certificação do Sistema de Gestão da Qualidade segundo a Norma ISO 9001:2000. A COPAM estava certificada desde 29/07/1999 segundo a ISO 9002:1994. Recorde-se que o âmbito de ambas as certificações é a produção e comercialização de xaropes de glucose, isoglucose e dextrose monohidratada. A validade destas certificações é de 3 anos, sendo efectuada anualmente uma auditoria de acompanhamento, e necessária a renovação ao fim dos 3 anos.
- 2.9 Verificou-se em 2003 um importante decréscimo da taxa de absentismo, devido essencialmente à diminuição significativa das baixas por doença e por acidentes de trabalho.
- 2.10 Foi aprovado a atribuição, no final do corrente ano, de um Prémio de Segurança, no valor de 12.500 Euros.
- 2.11 Tomou-se conhecimento de que, em consequência do despacho definitivo n.º 520 – MF de 20/3/2002, do Ministro das Finanças, em que declarou a caducidade dos incentivos fiscais relativo ao projecto de investimentos (SIII – Dextrose), de 1981 (!), que não atingiu o limiar mínimo previsto, se presume a constituição de uma dívida aduaneira no montante de 44.401,04 Euros (custo extraordinário).
- 2.12 O Regulamento(CE) n.º 1606/2002 introduz o requisito de o mais tardar a partir de 2005 (com mapas comparativos a 2004), as empresas da União Europeia cujos valores mobiliários estejam cotados num mercado regulamentado passem a elaborar os seus mapas financeiros de acordo com as IAS (Normas Internacionais de Contabilidade). Assim, a COPAM já solicitou a algumas entidades a apresentação de propostas para se dar início ao estudo e implementação das IAS.
- 2.13 De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais podem ser objecto de revisão por parte da Administração Fiscal durante quatro anos. Assim, as declarações fiscais da sociedade poderão vir a ser revistas.
- 2.17 A empresa não tem quaisquer dívidas à Segurança Social.



3 – GOVERNO DAS SOCIEDADES COTADAS

De acordo com o Regulamento n.º 7/2001 da CMVM sobre o Governo das Sociedades Cotadas informa-se o seguinte:

I - DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

COMPORTAMENTO BOLSISTA DAS ACCÇÕES

O movimento bolsista das acções da COPAM no primeiro semestre de 2003 foi muito reduzido: registou-se a transacção de apenas 60 acções ao preço médio de 27,69 euros. A cotação inicial foi de 27,54 euros e a final de 28,00 euros. O movimento bolsista das acções da COPAM no período homólogo de 2002 resultou na transacção de 125 acções ao preço médio de 29,15 euros.

POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

Como política de distribuição de dividendos tem sido adoptado o critério de distribuir, pelo menos, 50% dos Resultados Líquidos obtidos.

Foram distribuídos os seguintes dividendos:

- No exercício de 1999 foram distribuídos 4.090.143 euros
(3,37 € de valor líquido por acção);

Data de aprovação das contas referentes ao exercício de 1999: 29/02/2000
Data do pagamento efectivo dos dividendos: 30/03/2000

- No exercício de 2000 foram distribuídos 3.990.383 euros
(2,99 € de valor líquido por acção);

Data de aprovação das contas referentes ao exercício de 2000: 20/02/2001
Data do pagamento efectivo dos dividendos: 22/03/2001

- No exercício de 2001 foram distribuídos 4.189.902 euros
(3,35 € de valor líquido por acção - Residentes).
(2,93 € de valor líquido por acção – Não Residentes).

Data de aprovação das contas referentes ao exercício de 2001: 26/02/2002
Data do pagamento efectivo dos dividendos: 27/03/2002

- No exercício de 2002 foram distribuídos 4.200.000 euros
(3,36 € de valor líquido por acção - Residentes).
(2,94 € de valor líquido por acção – Não Residentes).



Data de aprovação das contas referentes ao exercício de 2002: 25/02/2003
Data do pagamento efectivo dos dividendos: 26/03/2003

GABINETE DE APOIO AO INVESTIDOR

Embora a empresa não disponha especificamente de uma estrutura para o efeito, como recomendado, os serviços da empresa têm assegurado, através do representante para o mercado, toda a informação julgada pertinente aos seus accionistas e prestado todas as informações solicitadas, de acordo com os princípios da igualdade e da qualidade da informação aos investidores em geral.

Representante para as Relações com o Mercado:

Luís Miguel Rosa Alberto
Telefone (Geral): 21 994 75 00
Telefone (Directos): 21 994 75 23
21 994 75 42
E-mail: luis.alberto@copam.pt

Todos os esclarecimentos e dúvidas serão prestados pelo Representante para as Relações com o Mercado.

UTILIZAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS NA DIVULGAÇÃO DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA

Não existe, por enquanto, página oficial da sociedade na internet. Espera-se que até final do corrente ano já esteja criado o “site” da COPAM, de acordo com as Medidas de Reforma do Regime de Auditoria, do Governo das Sociedades e da Análise Financeira, da CMVM.

E-mail da empresa: copam@copam.pt

PLANOS DE ATRIBUIÇÃO DE ACCÕES E DE OPÇÕES SOBRE ACCÕES DA SOCIEDADE

Não existem quaisquer planos de atribuição de acções e/ou opções de aquisição de acções aos órgãos sociais e colaboradores da empresa.

II - EXERCÍCIO DE DIREITO DE VOTO E REPRESENTAÇÃO DE ACCIONISTAS

A Assembleia Geral regularmente constituída representa a totalidade dos accionistas. As Assembleias Gerais serão convocadas pelo modo prescrito na lei e nela podem tomar parte todos os accionistas que comprovem ser titulares de 100 acções depositadas num Banco ou nos cofres da sociedade até cinco dias antes da data da Assembleia Geral. A cada 100 acções corresponde um voto. Os titulares de obrigações não gozam do direito de assistir à Assembleia Geral.



Os accionistas podem fazer-se representar nas reuniões da Assembleia Geral, bastando para isso uma simples carta dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral assinada pelo outorgante. Esses documentos devem ser enviados ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral até, pelo menos, dois dias antes da data marcada na convocatória.

O voto pode ser exercido por correspondência. Os accionistas interessados em exercer o direito de voto por correspondência devem dirigir uma carta ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, endereçada para a sede da Sociedade, acima indicada, contendo um subscrito fechado por cada ponto da ordem de trabalhos sobre que pretendem votar, mencionando cada subscrito tratar-se de um voto por correspondência, a reunião da Assembleia Geral e o ponto da ordem de trabalhos a que se refere; dentro de cada subscrito deve cada accionista declarar o seu sentido de voto, nomeadamente tomando posição relativamente a quaisquer propostas antecipadamente apresentadas à Assembleia Geral; cada declaração de voto deve ser assinada, devendo a assinatura ser reconhecida ou objecto dos procedimentos legalmente tidos como equivalentes.

A consideração dos votos por correspondência fica dependente de os accionistas que recorram a tal possibilidade fazerem prova da sua qualidade de accionistas, nos termos gerais. Só serão considerados os votos recebidos na sede social até cinco dias úteis antes da data designada para a Assembleia. Caberá ao Secretário da Sociedade organizar a votação por correspondência, e, em especial:

- Abrir os votos;
- Verificar a qualidade de accionista e o número de votos do votante;
- Verificar a autenticidade dos votos;
- Assegurar a confidencialidade dos votos até ao momento do início da votação do ponto da ordem de trabalhos a que respeitam.

Em primeira convocação a Assembleia está regularmente constituída se estiverem presentes ou representados accionistas que representem, pelo menos, 51% do Capital Social. Se não for reunido este quorum haverá uma segunda convocação, nos termos do Art.º 377º do Código das Sociedades Comerciais, e a Assembleia reunirá com qualquer número de accionistas, independentemente do capital representado e do assunto a tratar.

A Mesa da Assembleia Geral será composta por um Presidente e dois Secretários, eleitos pela Assembleia Geral por um período de um ano e sempre reelegíveis.

As deliberações da Assembleia Geral deverão ser tomadas por maioria absoluta de votos.

Os documentos de prestação de contas (Relatório da Gestão, Balanço, Contas e Proposta de Aplicação dos Resultados) encontram-se à disposição dos accionistas na sede da Sociedade durante os 15 dias anteriores à data da Assembleia Geral.



III - REGRAS SOCIETÁRIAS

Não aplicável à sociedade.

IV – ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

FUNÇÕES DESEMPENHADAS PELOS ADMINISTRADORES E CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os Administradores, e que também são colaboradores da empresa, exerceram as funções específicas de coordenação das Áreas consignadas no Organograma apresentado.

A sociedade é administrada por um Conselho de Administração composto por três a cinco membros, conforme a Assembleia Geral ordinária deliberar, eleitos anualmente e sempre reelegíveis. O Conselho escolherá um presidente e poderá nomear de entre os seus membros um Administrador-delegado.

O Conselho poderá preencher até à próxima Assembleia Geral as vagas ocorridas entre os seus membros.

O Conselho de Administração terá os mais amplos poderes para dirigir a actividade social com todas as atribuições legais e especialmente:

- a) Negociar e estabelecer todos os contratos em nome da sociedade, com poderes para adquirir, vender, ceder e onerar todos os bens móveis da sociedade, só ficando dependentes de deliberação da Assembleia Geral os contratos que importem alienação de bens imóveis;
- b) Representar a sociedade para todos os efeitos, com poderes para confessar, desistir, transaccionar ou aceitar as arbitragens em qualquer processo em que a sociedade seja parte;
- c) Constituir mandatários com poderes que julgue convenientes.

O Conselho de Administração reunirá por convocação do presidente ou do Administrador-delegado sempre que o interesse da sociedade o exija. Os membros do Conselho de Administração podem fazer-se representar por outro membro nas reuniões, para o que bastará uma simples carta, telex ou telegrama autenticado. O Conselho só poderá deliberar validamente com a presença da maioria dos seus membros. As deliberações são tomadas por maioria dos votos presentes. O presidente tem voto de qualidade.

A sociedade obriga-se pela assinatura de dois administradores. Cada administrador eleito anualmente na Assembleia Geral terá de prestar uma caução, que poderá ser substituída por seguro caução prestado por empresa seguradora.



Não se aplica o conceito de “membros do órgão de administração independentes”.

No primeiro semestre de 2003 efectuaram-se 10 reuniões do Conselho de Administração (ordinárias, plenárias e extraordinárias).

Remunerações do Conselho de Administração:

Remunerações:	85.871,30 euros
Encargos sobre Remunerações:	19.242,29 euros
Seguro de Acidentes Trabalho:	2.003,22 euros
 TOTAL:	 107.116,81 euros

Não há remunerações variáveis. As Remunerações do Conselho de Administração não estão dependentes dos resultados da sociedade ou da evolução da cotação das acções emitidas pela sociedade.

Os membros não executivos do Conselho de Administração auferiram 3.063,64 euros de Senhas de Presença.

Conselho de Administração:

- | | |
|--------------------------------------|--|
| - Víctor Manuel Carmona e Costa | Presidente do Conselho de Administração
(Executivo) |
| - José Amaro Martins Carmona e Costa | Vogal do Conselho de Administração
(Executivo) |
| - Francisco Gerardo Knopfli Batoréu | Vogal do Conselho de Administração
(Executivo) |
| - João Alberto de Lima Pereira | Vogal do Conselho de Administração
(Não Executivo) |
| - Ernesto Porcar Gatell | Vogal do Conselho de Administração
(Não Executivo) |

Funções exercidas por aqueles em outras sociedades:

- Víctor Manuel Carmona e Costa:

Presidente do Conselho de Administração da CADE - COMPANHIA AGRÍCOLA DE DESENVOLVIMENTO, SA
Presidente do Conselho de Administração da SOVICAR - INVESTIMENTOS AGRO-TURÍSTICOS, SA
Fundador da FUNDAÇÃO VÍTOR E GRAÇA CARMONA E COSTA



- José Amaro Martins Carmona e Costa:

Vogal do Conselho de Administração da CADE - COMPANHIA AGRÍCOLA DE DESENVOLVIMENTO, SA

Vogal do Conselho de Administração da SOVICAR - INVESTIMENTOS AGRO-TURÍSTICOS, SA

- João Alberto de Lima Pereira:

Vogal do Conselho de Administração da RAR - SOCIEDADE DE CONTROLE (HOLDING), SGPS, SA

Vogal do Conselho de Administração da RAR – REFINARIAS DE AÇÚCAR REUNIDAS, SA

Presidente do Conselho de Administração da SUCRAL – SOCIEDADE INDUSTRIAL DO AÇÚCAR, SA

Vogal do Conselho de Administração da CENTRAR – CENTRO DE SERVIÇOS DE GESTÃO, SA

Gerente da RAR – COGERAÇÃO, UNIPESSOAL, LDA

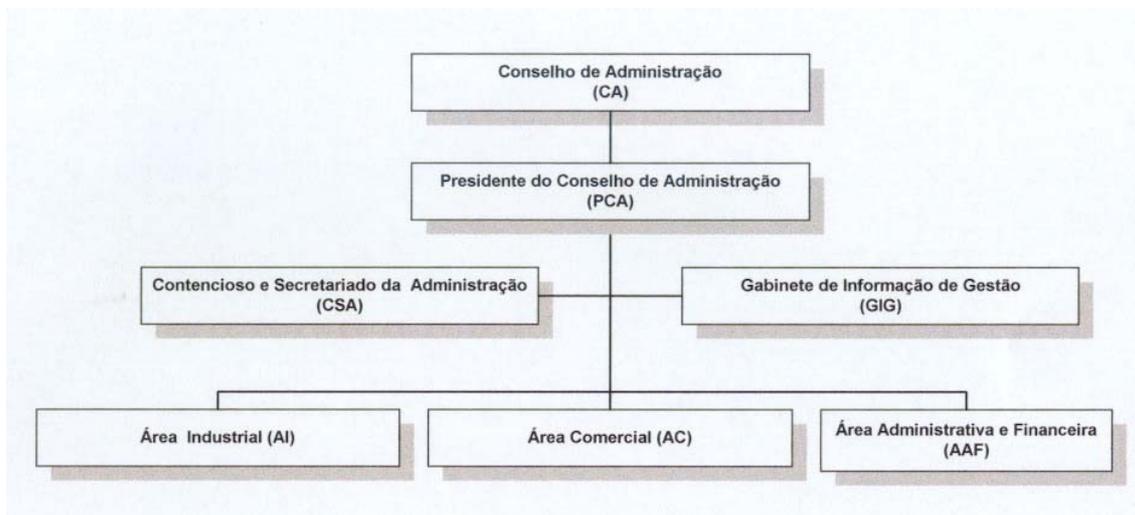
- Ernesto Porcar Gatell:

Responsável da “Business Unit / Industrial Starches” da CARGILL/CERESTAR

AQUISICÃO OU ALIENAÇÃO DE ACCÕES REALIZADAS PELOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE EMITENTE DAQUELAS ACCÕES

Não se registaram quaisquer aquisições ou alienações de ações da sociedade emitente por parte dos membros do Conselho de Administração.

ORGANIGRAMA FUNCIONAL





V – CONSELHO FISCAL E AUDITORIA

Foi eleito na Assembleia Geral do dia 25 de Fevereiro o seguinte Conselho Fiscal para o exercício de 2003:

. Luís Fernando Cardoso Nandin de Carvalho	Presidente
. Manuel Baptista Neves	Vogal
. António Grenha, Bryant Jorge & Moura Tavares, SROC representada por António Maria da Rocha Grenha	Vogal
. Gomes Marques e Carlos Alexandre, SROC representada por Vicente Pereira Gomes Marques	Suplente
. Eduardo Barradas da Câmara e Sousa	Suplente

Honorários do Auditor “António Grenha, Bryant Jorge & Moura Tavares, SROC”:

TOTAL: 7.095,26 euros

Honorários dos outros membros do Conselho Fiscal (exceptuando o Auditor):

TOTAL: 3.870,00 euros

VI – COMISSÃO DE VENCIMENTOS

Foi eleita na Assembleia Geral do dia 25 de Fevereiro a seguinte Comissão de Vencimentos para o exercício de 2003:

- . Victor Manuel Carmona e Costa
- . Álvaro Carmona e Costa Portela
- . Francisco Maria Félix da Costa Seabra

A Comissão de Vencimentos não auferirá qualquer remuneração.

4 – PERSPECTIVAS PARA O EXERCÍCIO

Para o segundo semestre de 2003 perspectiva-se a continuação das dificuldades no mercado interno e na exportação, quer para o mercado da União Europeia, quer para países terceiros, já sentidas na primeira metade do ano. Também prevemos um aumento da intensidade da acção da concorrência, via erosão dos preços de venda, não compensados pelas diminuições dos custos de produção.

Neste ano de recessão económica, a COPAM continuou a desenvolver um programa de contenção de custos, reestruturando sectores e permitindo, a médio prazo, o aumento da polivalência dos colaboradores, o aumento da produtividade e a obtenção de ganhos de eficiência e de competitividade.



A diminuição dos Resultados, Antes e Depois de Impostos, face a 2002, são o reflexo, não apenas da conjuntura económica desfavorável, nacional e internacional, como também das medidas estruturais tomadas, atempadamente, pelo Conselho de Administração, visando a flexibilização da empresa face a um mundo cada vez mais global, competitivo e em mutação.

S. João da Talha, 5 de Agosto de 2003

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE:

(Victor Manuel Carmona e Costa)

VOGAIS:

(José Amaro Martins Carmona e Costa)

(Francisco Gerardo Knopfli Batoréu)

(João Alberto de Lima Pereira)

(Ernesto Porcar Gatell)

ANEXO N.º 1

PARTICIPAÇÕES DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS NO CAPITAL DA EMPRESA NOS TERMOS DO ARTIGO 447º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE:

Victor Manuel Carmona e Costa 10 000 acções

VOGAIS:

José Amaro Martins Carmona e Costa 420 acções

Francisco Gerardo Knopfli Batoréu 1 acção

CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE:

Luís Fernando Nandin de Carvalho 2.350 acções

VOGAL:

Manuel Batista Neves 205 acções

Não se registaram quaisquer aquisições ou cessações de titularidade por parte dos membros dos órgãos sociais.

ANEXO N.º 2

PARTICIPAÇÕES NO CAPITAL SOCIAL DA EMPRESA

Lista de titulares de participações qualificadas na sociedade de acordo com o Artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários

CADE - COMPANHIA AGRÍCOLA DE DESENVOLVIMENTO, SA	250.000 acções	25,00%
SOVICAR - INVESTIMENTOS AGRO-TURÍSTICOS, SA	250.000 acções	25,00%
AMYLUM, N. V.	146.465 acções	14,64%
CERESTAR HOLDING, B. V.	146.465 acções	14,64%
RAR - SOCIEDADE DE CONTROLE (HOLDING), SA	101.430 acções	10,14%
FUNDAÇÃO VÍTOR E GRAÇA CARMONA E COSTA	38.262 acções	3,83%
SAR – SOCIEDADE DE PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS, SA	20.110 acções	2,01%



BALANÇO em 30 de Junho de 2003

COPAM-COMPANHIA PORTUGUESA DE AMIDOS,S.A. Sociedade Aberta

(Valores Expressos em Euros)

POC	ACTIVO	EXERCÍCIOS				POC	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	EXERCÍCIOS	
		AB	APA	AL	N-1			N	N-1
	IMOBILIZADO:						CAPITAL PRÓPRIO:		
	Imobilizações incorpóreas:					51	Capital	5.000.000,00	5.000.000,00
431	Despesas Inv.e Desenvolvimento	25.877,78	21.464,91	4.412,87	17.052,92	56	Reservas de reavaliação	4.912.044,26	4.931.480,48
433	Propriedade industrial e outros di	374,10	374,10	0,00	0,00		Reservas:		
		26.251,88	21.839,01	4.412,87	17.052,92	571	Reservas legais	1.000.000,00	997.595,79
						574 a 575	Outras reservas	162.173,19	246.896,20
	Imobilizações corpóreas:					59	Resultados transitados	-7.316,80	0,00
421	Terrenos e recursos naturais	2.790.670,08	0,00	2.790.670,08	2.790.670,08		Sub total	11.066.900,65	11.175.972,47
422	Edifícios e outras construções	4.055.660,61	3.516.119,17	539.541,44	621.704,05				
423	Equipamento básico	23.610.132,96	21.625.882,46	1.984.250,50	2.342.616,42	88	Resultado líquido do exercício	1.802.960,82	2.234.134,70
424	Equipamento de transporte	678.513,23	637.405,21	41.108,02	90.386,17		Total do capital próprio	12.869.861,47	13.410.107,17
425	Ferramentas e utensílios	352.694,80	343.063,79	9.631,01	18.331,59				
426	Equipamento administrativo	577.834,71	552.752,00	25.082,71	27.877,60		PASSIVO:		
427	Taxas e Vasilhame	5.044,45	5.044,45	0,00	0,00		Dívidas a terceiros - Curto prazo:		
428	Out. Imobilizações Corpóreas	8.875,51	3.971,05	4.904,46	5.057,73	221	Fornecedores, c/c	1.655.145,12	2.182.831,49
48	Amortizações (Duodécimos)	0,00	324.686,62	-324.686,62	-400.000,00	25	Restantes acionistas (socios)	21.533,37	19.987,09
441/2	Imobilizações em curso	1.066.290,26	0,00	1.066.290,26	687.151,47	219	Adiantamentos de clientes	1.349,16	1,26
448	Adiant.p/conta imobilizações corpó	0,00	0,00	0,00	0,00	2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	60.171,51	63.325,08
		33.145.716,61	27.008.924,75	6.136.791,86	6.183.795,11	24	Estado e outros entes públicos	1.632.705,40	1.814.761,30
						268+211	Outros credores	567.586,25	570.952,52
	Investimentos financeiros:							3.938.490,81	4.651.858,74
4112	Partes de capital em empresas asso	49,88	0,00	49,88	49,88				
4114	Outras empresas	0,00	0,00	0,00	0,00				
		49,88	0,00	49,88	49,88		ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:		
	CIRCULANTE:					273	Acréscimos de custos	597.171,56	434.667,08
	Existências:					274	Proveitos diferidos	124.651,42	145.346,36
36	Matérias-primas, subprod. e de cons	707.448,62	0,00	707.448,62	715.796,82	276	Passivos por Impostos Diferidos	19.436,22	0,00
35	Subprodutos, desp.resid.refugos	56.547,76	0,00	56.547,76	41.315,86		Total do passivo	4.679.750,01	5.231.872,18
33	Produtos Acabados e Intermédios	970.132,50	0,00	970.132,50	542.038,12				
32	Mercadorias	76.126,54	0,00	76.126,54	201.790,28				
		1.810.255,42	0,00	1.810.255,42	1.500.941,08				
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:								
211	Clientes, c/c	5.781.897,07	0,00	5.781.897,07	5.602.196,67				
212	Clientes - Títulos a Receber	99.890,37	0,00	99.890,37	49.746,04				
218+281	Clientes de Cobrança Duvidosa	430.633,66	374.237,71	56.395,95	113.220,31				
229	Adiantamentos a Fornecedores	26.527,45	0,00	26.527,45	70.513,86				
24	Estado e outros entes públicos	15.981,56	0,00	15.981,56	21.544,24				
26+221	Outros devedores	218.161,70	0,00	218.161,70	156.717,13				
		6.573.091,81	374.237,71	6.198.854,10	6.013.938,25				
	Títulos negociáveis								
15	Outros títulos negociáveis	1.125.000,00	0,00	1.125.000,00	1.700.000,00				
		1.125.000,00	0,00	1.125.000,00	1.700.000,00				
	Depósitos bancários e caixa:								
12+13+14	Dep.banc.à Ordem e a Prazo	2.255.352,97	0,00	2.255.352,97	3.103.170,14				
11	Caixa	14.078,05	0,00	14.078,05	123.031,97				
		2.269.431,02	0,00	2.269.431,02	3.226.202,11				
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:								
271	Acréscimos de proveitos	4.658,33	0,00	4.658,33	0,00				
272	Custos diferidos	158,00	0,00	158,00	0,00				
		4.816,33	0,00	4.816,33	0,00				
	Total de amortizações		27.030.763,76						
	Total de provisões		374.237,71						
	Total do activo	44.954.612,95	27.405.001,47	17.549.611,48	18.641.979,35		Total do capital próprio e do passivo	17.549.611,48	18.641.979,35

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

(Maria da Glória R.M.Viegas Silva)

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(Victor Manuel Carmona e Costa)

(José Amaro Martins Carmona e Costa)

(Francisco Gerardo Knopfli Batoréu)

(João Alberto de Lima Pereira)

(Ernesto Porcar Gatell)



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS, em 30 de Junho de 2003

COPAM-COMPANHIA PORTUGUESA DE AMIDOS, S. A. Sociedade Aberta

POC	CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS			
		N*		N-1*	
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias	1.196.091,66		1.811.155,11	
	Matérias	5.875.625,13	7.071.716,79	6.792.230,09	8.603.385,20
62	Fornecimentos e serviços externos		1.099.199,21		1.103.945,33
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	1.264.714,31		1.280.432,19	
	Encargos sociais:				
645/8	Outros	657.558,36	1.922.272,67	363.308,67	1.643.740,86
66	Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	329.000,00		400.000,00	
67	Provisões	56.486,23	385.486,23	0,00	400.000,00
63	Impostos	118.363,12		105.515,72	
65	Outros custos e perdas operacionais	190.585,65	308.948,77	127.661,50	233.177,22
	(A) _____		10.787.623,67		11.984.248,61
681/5/6/7/8	Juros e custos similares:				
	Outros	65.591,11	65.591,11	69.177,13	69.177,13
	(C) _____		10.853.214,78		12.053.425,74
69	Custos e perdas extraordinários		58.304,85		74.963,43
	(E) _____		10.911.519,63		12.128.389,17
86	Imposto sobre o rendimento do exercício		965.876,40		1.204.000,00
	(G) _____		11.877.396,03		13.332.389,17
88	Resultado líquido do exercício	1.802.960,82		2.234.134,70	
		13.680.356,85		15.566.523,87	

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

(Maria da Glória R.M.Viegas Silva)

(Valores Expressos em Euros)

POC	PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS			
		N*		N-1*	
71	Vendas:				
	Mercadorias	1.312.334,48		2.006.381,62	
	Produtos	12.162.579,50		13.579.514,56	
72	Prestações de serviços	0,00	13.474.913,98	13.692,92	15.599.589,10
	Variação da produção		22.131,06		-293.126,50
75	Trabalhos para a própria empresa		33.189,08		28.967,90
73	Proveitos suplementares	50.613,78		42.937,12	
74	Subsídios à exploração	18.691,24		36.380,85	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	8.841,96	78.146,98	880,07	80.198,04
	(B) _____		13.608.381,10		15.415.628,54
781/5/6	Rendimentos de títulos negociáveis e de outras aplicações f				
	Relativos a empresas do grupo				
	Outros	54.042,43		86.556,06	
	Outros juros e proveitos similares:				
	Relativos a empresas do grupo				
	Outros	6.855,27	60.897,70	4.776,91	91.332,97
	(D) _____		13.669.278,80		15.506.961,51
79	Proveitos e ganhos extraordinários		11.078,05		59.562,36
	(F) _____		13.680.356,85		15.566.523,87

Resumo:			
Resultados operacionais:	(B) - (A) =	2.820.757,43	3.431.379,93
Resultados financeiros:	(D - B) - (C - A) =	-4.693,41	22.155,84
Resultados correntes:	(D) - (C) =	2.816.064,02	3.453.535,77
Resultados antes de impostos:	(F) - (E) =	2.768.837,22	3.438.134,70
Resultado líquido do exercício:	(F) - (G) =	1.802.960,82	2.234.134,70

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(Victor Manuel Carmona e Costa)

(José Amaro Martins Carmona e Costa)

(Francisco Gerardo Knopfli Batoréu)

(João Alberto de Lima Pereira)

(Ernesto Porcar Gatell)



Companhia Portuguesa de Amidos, SA sociedade aberta

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO ANO 2003
1º. SEMESTRE

Nos.
Ordem - POC

1 (3) **CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS UTILIZADOS RELATIVAMENTE AS RUBRICAS DO BALANÇO, BEM COMO MÉTODOS DE CALCULO RESPEITANTES AOS AJUSTAMENTOS DE VALOR, DESIGNADAMENTE, AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES:**

- **Especialização dos exercícios.**

É seguido o princípio contabilístico da especialização de exercícios relativamente à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras.

- **Matérias Primas e Subsidiárias.**

As existências foram avaliadas pelos custos de aquisição e demais despesas acessórias de compra.

- **Produtos Fabricados e em Vias de Fabrico.**

São valorizados a custos standard e corrigidos com os desvios apurados face ao real, mais significativos.

- **Imobilizações.**

Custos de aquisição e de reavaliação de acordo com a legislação específica.

Os custos com a manutenção e reparação que se espera vir a aumentar a vida útil dos imobilizados, são capitalizados. Outros custos com manutenção e reparação são contabilizados logo que incorridos.

MÉTODOS DE CALCULO:

- **Amortizações.**

São calculadas pelo método das quotas constantes anuais, utilizando as taxas máximas fiscalmente aceites.

2 (4) **COTAÇÕES UTILIZADAS PARA CONVERSÃO DA MOEDA ESTRANGEIRA:**

Os activos e responsabilidades expressos em moeda estrangeira são convertidos às taxas em vigor no final do exercício, sendo as respectivas diferenças de cambio, reflectidas como proveitos ou custos financeiros.

3 (6) **IMPOSTOS DIFERIDOS:**

Foi reconhecido o efeito fiscal das diferenças temporárias entre o resultado contabilístico e fiscal para efeitos de tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), relativas à reavaliação do Imobilizado, tendo sido revertido o imposto diferido, no montante de 2.379,60 euros.

Decomposição dos Impostos relativos a Resultados Líquidos do Exercício, Reservas Livres e Resultados Transitados:

Rubricas	Valores
Resultados, reservas livres e res.transitados líquidos de impostos (contabilísticos)	1.957.817,21
Imposto do exercício	965.876,40
Impostos Diferidos	2.379,60
Imposto corrente	968.256,00

4 (7) **NÚMERO MÉDIO DE PESSOAS AO SERVIÇO DA EMPRESA:** 130

5 (10) **MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RÚBRICAS DO ACTIVO IMOBILIZADO.**

ACTIVO BRUTO

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	ALIENAÇÕES/ ABATES	TRANSF.PARA CUSTOS	TRANSFERÊNCIA	SALDO FINAL
IMOBILIZAÇ. INCORPÓREAS:						
Despesas de Instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Inv.e Desenvolvimen	25.877,78	0,00	0,00	0,00	0,00	25.877,78
Propriedade Industrial	374,10	0,00	0,00	0,00	0,00	374,10
	26.251,88	0,00	0,00	0,00	0,00	26.251,88
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:						
Terrenos e Rec. Naturais	2.790.670,08	0,00	0,00	0,00	0,00	2.790.670,08
Edif. e Out.Construções	4.055.660,61	0,00	0,00	0,00	0,00	4.055.660,61
Equipamento Básico	23.610.132,96	0,00	0,00	0,00	0,00	23.610.132,96
Equipamento de Transporte	678.513,23	0,00	0,00	0,00	0,00	678.513,23
Ferramentas e Utensílios	352.694,80	0,00	0,00	0,00	0,00	352.694,80
Equip. Administrativo	575.801,88	2.032,83	0,00	0,00	0,00	577.834,71
Taras e Vasilhame	5.044,45	0,00	0,00	0,00	0,00	5.044,45
Outras Imob.Corpóreas	8.875,51	0,00	0,00	0,00	0,00	8.875,51
Imobilizações em Curso	860.125,88	189.348,78	0,00	0,00	16.815,60	1.066.290,26
Adiant.conta Imob.Corpóreas	16.815,60	0,00	0,00	0,00	(16.815,60)	0,00
	32.954.335,00	191.381,61	0,00	0,00	0,00	33.145.716,61
INVESTIMENTOS FINANCEIROS						
Partes cap.emp.associadas	49,88	0,00	0,00	0,00	0,00	49,88
Partes cap.em outras empresas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	49,88	0,00	0,00	0,00	0,00	49,88



Companhia Portuguesa de Amidos, SA sociedade aberta

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO ANO 2003
1.º SEMESTRE

Nos.
Ordem - POC

5 (10) MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RÚBRICAS DO ACTIVO IMOBILIZADO: CONT.

AMORTIZAÇÕES

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇO	ALIENAÇÃO	REGULARIZAÇÕES	SALDO FINAL
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:					
Despesas de Instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desp.Inv.e Desenvolvimento	17.151,53	4.313,38	0,00	0,00	21.464,91
Propriedade Industrial	374,10	0,00	0,00	0,00	374,10
	17.525,63	4.313,38	0,00	0,00	21.839,01
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
Terrenos e Rec. Naturais					
Edif. e Out.Construções	3.516.119,17	0,00	0,00	0,00	3.516.119,17
Equipamento Básico	21.625.882,46	0,00	0,00	0,00	21.625.882,46
Equipamento de Transporte	637.405,21	0,00	0,00	0,00	637.405,21
Ferramentas e Utensílios	343.063,79	0,00	0,00	0,00	343.063,79
Equip. Administrativo	552.752,00	0,00	0,00	0,00	552.752,00
Taras e Vasilhame	5.044,45	0,00	0,00	0,00	5.044,45
Outras Imob.Corpóreas	3.971,05	0,00	0,00	0,00	3.971,05
Amortizações - Duodécimos	0,00	324.686,62	0,00	0,00	324.686,62
	26.684.238,13	324.686,62	0,00	0,00	27.008.924,75

6 (12) DIPLOMAS LEGAIS EM QUE SE BASEOU A REAVALIAÇÃO DE IMOBILIZADO CORPÓREO

Decretos-Lei 118/86, 111/88, 49/91, 264/92 e 31/98.

7 (13) DISCRIMINAÇÃO DAS REAVALIAÇÕES

RUBRICAS	Custo Histórico	Reavaliações	Valor Cont.Reaval.
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:			
Terrenos e Rec. Naturais	764.384,99	2.026.285,09	2.790.670,08
Edifícios e O.Construções	303.773,44	195.183,33	498.956,77
Equipamento Básico	1.740.104,49	14.489,21	1.754.593,70
Equipamento de Transporte	28.825,70	0,00	28.825,70
Ferramentas e Utensílios	7.121,68	0,00	7.121,68
Equip. Administrativo	20.752,94	4,35	20.757,29
Outras Imob. Corpóreas	4.827,85	0,00	4.827,85
Imobil.em Curso	1.031.038,79	0,00	1.031.038,79
	3.900.829,88	2.235.961,98	6.136.791,86

8 (14) COM RELAÇÃO ÀS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

Corpóreas em poder de terceiros 665.668,96€

9 (16) FIRMA E SEDE DAS EMPRESAS ASSOCIADAS

SOVICAR- Soc. Investimentos Agro-Turisticos,S.A.

*Sede: Rua Ferreira da Silva, 10 - 2o. Dto
1900 - 229 - Lisboa*

Fracção de Capital que detém: 25%

CADE- Companhia Agrícola Desenvolvimento S.A.

*Sede: Rua Soeiro Pereira Gomes, lote 1,6º A-B
1600 - 196 - Lisboa*

Fracção de Capital que detém: 25%

10 (23) VALOR GLOBAL DAS DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA

Clientes de cobrança duvidosa 374.237,71€

11 (32) GARANTIAS :

*A favor de terceiros 36.064,88€
A favor da empresa 0,00€*

12 (34) MOVIMENTOS NAS CONTAS DE PROVISÕES

CONTAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	REDUÇÃO	SALDO FINAL
28- Provisão Cob.Duvidosas	317.751,48	56.486,23	0,00	374.237,71



Companhia Portuguesa de Amidos, SA sociedade aberta

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO ANO 2003
1.º SEMESTRE

Nos.
Ordem - POC

21 (46) DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	1ºSemestre 2003	1ºSemestre 2002		1ºSemestre 2003	1ºSemestre 2002
691 - Donativos	0,00	0,00	793 - Ganhos em Existências	0,00	24.937,19
692 - Dívidas Incobráveis	4.114,28	0,00	794 - Ganhos em Imobilizações	0,00	1.096,00
693 - Quebras em Existências	0,00	0,00	795 - Benef.e Pen.Contratuais	0,00	0,00
694 - Perdas em Imobilizações	0,00	0,00	796 - Red.Amortiz./Provisões	0,00	20.000,00
695 - Multas e Penalidades	0,00	0,00	797 - Correc.Rel.Ex.Anterior	0,00	0,00
697 - Correcç.Rel.à Exerc.Anter	44.401,04	74.900,03	798 - O.Prov./Ganhos Extraordi	11.078,05	13.529,17
698 - O.Cust./Perd.Extraord.	9.789,53	63,40			
RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS	(47.226,80)	(15.401,07)			
	11.078,05	59.562,36		11.078,05	59.562,36

22 (48) DIVERSOS

- Valor das participações estrangeiras no capital social da COPAM:

CERESTAR HOLDING B V	732.325,00€ 14,64%
MYLUM N.V.	732.325,00€ 14,64%

- AS DESPESAS COM O PESSOAL FORAM AS SEGUINTEs:

Ordenados e salários	845.811,09€
Remunerações adicionais	325.936,66€
Encargos com remunerações	294.932,60€
Outras Despesas com o Pessoal	341.380,25€
	<u>1.808.060,60€</u>
Refeitório e Transp. do pessoal	62.585,27€
	<u><u>1.870.645,87€</u></u>

- IMPOSTOS DIFERIDOS

Dos impostos diferidos passivos relativos à reavaliação, foi contabilizada a reversão, no valor de 2.379,60 Euros.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

(Maria da Glória R.M.Viegas Silva)

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(Vitor Manuel Carmona e Costa)

(José Amaro Martins Carmona e Costa)

(Francisco Gerardo Knopfli Batoréu)

(João Alberto de Lima Pereira)

(Ernesto Porcar Gatell)

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADO POR AUDITOR REGISTADO NA CMVM SOBRE INFORMAÇÃO SEMESTRAL

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 246º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2003 da **COPAM – Companhia Portuguesa de Amidos, S.A.**, incluída: no Relatório de Gestão, no Balanço (que evidencia um total de 17.549.611,48 euros e um total de capital próprio de 12.869.861,47 euros, incluindo um resultado líquido de 1.802.960,82 euros) e na Demonstração dos resultados do período findo naquela data e no correspondente Anexo.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

Responsabilidades

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo CVM;
 - b) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - c) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - d) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, lícita e em conformidade com o exigido pelo CVM, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

Âmbito

5. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objectivo e

consistiu, principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:

- a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira;
 - a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
 - a aplicação, ou não, do princípio da continuidade;
 - a apresentação da informação financeira;
 - se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.
7. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório sobre a informação semestral.

Parecer

8. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2003 não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 16 de Setembro de 2003

ANTÓNIO GRENHA, BRYANT JORGE & MOURA TAVARES
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por
António Maria Gomes da Rocha Grenha (ROC n.º 22)